

LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSENSOS, TENSÕES E DISPUTAS E OS PROFESSORES E SUAS INQUIETAÇÕES EM MEIO A TUDO ISSO¹

READING AND WRITING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: CONSENSUS, TENSIONS AND
DISPUTES AND TEACHERS AND THEIR CONCERNS IN THE MIDST OF ALL THIS

Adelma Barros-Mendes

Universidade Federal do Amapá
adelma@unifap.br



Entrevistada

Profa. Dra. Patrícia Corsino é Professora Associada IV do Departamento de Didática da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ e atua no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE-UFRJ. Coordena o Laboratório de Estudos em Linguagem, Leitura, Escrita e Educação - LEDUC e Grupo de estudos e pesquisa Infância, Linguagem e Educação - GEPILE. Membro da diretoria da Associação Brasileira de Alfabetização-ABALF (2019-2021-2023). Desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão nas áreas: Educação Infantil (políticas, práticas pedagógicas e formação de professores), infância e linguagem, alfabetização, leitura, escrita e literatura infantil.

RESUMO

O objetivo desta entrevista é, ao mesmo tempo, colocar em diálogo as professoras da Educação Infantil com uma grande especialista deste campo, Prof^a Dr^a Patrícia Corsino, e trazer reflexões sobre os “consensos, tensões e disputas” que permeiam a temática da leitura/escrita na Educação Infantil. Assim, como é próprio ao gênero textual entrevista, iniciaremos com a apresentação da nossa entrevistada, seguindo-se com suas reflexões sobre o tema em tela.

Palavras-Chave: leitura e escrita; educação infantil; alfabetização

ABSTRACT

The objective of this interview is, at the same time, to put the teachers of Early Childhood Education in dialogue with a great specialist in this field, Prof^a Dr^a Patrícia Corsino, and to bring reflections on the “consensus, tensions and disputes” that permeate the theme of reading/writing in Early Childhood Education. Thus, as is typical of the interview textual genre, we will begin with the presentation of our interviewee, followed by her reflections on the topic at hand.

Keywords: reading and writing; early childhood education; literacy

¹ Título construído a partir do “mote” do Dossiê que abriga essa entrevista.

Profa. Dra. Adelma Barros-Mendes: Minha querida, professora Patrícia, bom dia! Você não imagina a honra e a alegria de estar dialogando com você. Quero adiantar que traremos as vozes/inquietações de professoras acerca do tema leitura e escrita na Educação Infantil. Mas antes, gostaria de ouvir você falar um pouco sobre quem é Patrícia Corsino! Preciso levar essa informação a suas leitoras, colegas professoras da Educação Infantil de todo o Brasil, em especial da região Norte, e mais ainda do Estado do Amapá (permitam-me a todas/os que lerão esta entrevista esse destaque), que buscam em seus escritos e *lives* inspiração e aprendizado para o fazer diário com as crianças da Educação Infantil.

Profa. Dra. Patrícia Corsino: Sou pedagoga, mestre e doutora em educação. Toda minha trajetória de ensino e pesquisa tem sido na área educacional, especialmente abordando questões de infância e linguagem. Trabalhei por cerca de vinte anos na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas da rede privada de ensino da cidade do Rio de Janeiro, que tinham propostas inovadoras. Nelas fui professora, coordenadora e diretora. Desde de 1997 iniciei a docência no Ensino Superior, desenvolvendo pesquisa e formação de professores, inicialmente, na PUC-Rio e, desde 2004, como professora da UFRJ. Participei de vários projetos de pesquisa e de formação de professores como professora e coordenadora. Entre eles destaco: Alfabetização Solidária, Proinfantil, Especialização em Educação Infantil (na PUC-Rio e na UFRJ), Saberes e Práticas da Educação Básica- ênfase em Alfabetização, Leitura e Escrita- CESPEB-UFRJ, Avaliação de Contexto, Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil-UFMG, UFRJ, UNIRIO, Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC-Educação Infantil. Sou professora Associada IV, do Departamento de Didática da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE-UFRJ. Desenvolvo projetos de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Educação Infantil (concepções, práticas e políticas), Infância, linguagem, leitura, escrita e literatura infantil.

Profa. Dra. Adelma Barros-Mendes: Quanta contribuição já dada ao nosso país, não é mesmo, Professora Patrícia? Então, como dissemos antes a você, nossas questões são, em boa medida vozes de professoras da Educação Infantil, que refletem suas inquietações frente a diversas orientações oficiais advindas de diretrizes e de políticas nacionais ou locais que se apresentam, por vezes, dissonantes, causando mais dúvidas que certeza para suas práticas. São essas inquietações e dúvidas justamente que impõe reflexões sobre os pontos de “consensos, tensões e disputas”, sobre os quais iremos conversar. Vamos então começar por eles? O Dossiê no qual será publicada esta entrevista traz como mote a leitura e escrita na Educação Infantil nos apontando como pano de fundo consensos, tensões e disputas. Em seu ponto de vista quais seriam os consensos que temos hoje no que respeita o papel da leitura e escrita na Educação Infantil?

Profa. Dra. Patrícia Corsino: Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade de diálogo. É uma honra poder participar deste dossiê da Revista Brasileira de Alfabetização, uma revista da Associação Brasileira de Alfabetização-ABALF, uma associação que tem tido um lugar de destaque no debate acadêmico, ético, estético e político na área da alfabetização, leitura e escrita no Brasil.

Antes de trazer os consensos, é preciso destacar que pensar a leitura e a escrita na EI envolve assumir concepções que são social e historicamente produzidas, o que significa que estamos diante de instabilidades provisórias de diversos campos: da linguagem, da infância, da educação. Diferentes áreas e teorias movimentam os três campos e cabe aos/às pesquisadores/as buscar convergências e

articulações entre eles. As desarticulações muitas vezes criam as divergências, assim como a adesão a uma determinada teoria de um campo que pode ser incoerente com a assumida em outro campo. Tudo isso impacta nas pesquisas, na formação docente e nas práticas pedagógicas, gerando tensões e disputas.

Ainda que haja divergências na forma de pensar e desenvolver as propostas pedagógicas relacionadas à linguagem escrita na Educação Infantil, me parece que os consensos giram em torno da ideia de que as crianças são sujeitos ativos e criativos que, desde que nascem, estão inseridos no mundo da linguagem, conhecem a si mesmos e o mundo pela e na palavra do outro. Com o outro estabelecem relações, se expressam de diversas formas, participam de práticas sociais nas quais diferentes linguagens estão presentes, se apropriam de conhecimentos, produzem sentido no convívio social e nas relações com os elementos do seu meio. Como vivemos em um mundo grafocêntrico, por mais distintas que sejam as práticas de leitura e de escrita que seus grupos têm acesso e os significados por eles atribuídos a estas práticas, as crianças estão inseridas neste mundo e dele participam ativamente, não apenas recebendo, mas também produzindo cultura. Portanto, este lugar da criança potente, desde bebês, que aprende nas relações que estabelece, penso ser um importante consenso.

Também é consenso de que nestes primeiros anos de vida muitas mudanças ocorrem, entre elas se destaca a fala, porque falar significa poder expressar desejos e sentimentos com mais precisão e poder chegar mais próximo do outro. Mas a fala é uma das linguagens, as crianças se expressam com diferentes linguagens e é importante que elas possam usar e explorar todas elas. Penso ser também um consenso o entendimento de que nesta faixa etária, as crianças conhecem de corpo inteiro, ou seja, exploram o mundo com todos os sentidos e a brincadeira é muito importante neste processo.

Outro consenso é que cabe à escola ampliar os conhecimentos científicos, artísticos, culturais, ambientais e tecnológicos de todas as crianças que recebe, ampliação que visa uma maior inserção social e cultural de cada criança e a Educação Infantil participa desse processo de uma forma particular.

Portanto, o acesso de todas as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses à Educação Infantil de qualidade socialmente referenciada é um direito que inclui outros direitos e a presença de professores/as qualificados/as capazes de acolher e responder às demandas das crianças, capazes também de alargar suas potencialidades faz diferença no seu desenvolvimento.

Profa. Dra. Adelma Barros-Mendes: Sabemos que mais que consensos, as tensões são próprias das relações humanas, e quando se pensa no campo da ciência as tensões lhe são inerentes, pois o que se concebe pertinente para um dado momento aos sujeitos pelo fato de serem esses sujeitos históricos, já em outro momento deixa de ser pertinente, ou seja, os paradigmas são mudados porque há de se romper pelas ‘tensões’ que se apresentam. Hoje, qual a maior tensão, que você enxerga no campo da Educação Infantil, quando se fala em trabalhar leitura e escrita, com as crianças, sobretudo àquelas entre 4 e 5 anos?

Profa. Dra. Patrícia Corsino: Uma grande tensão está justamente na questão que você aponta sobre a mudança de paradigma. Mudanças paradigmáticas não são simples, pois é preciso ter a convicção de que aquele modelo não é mais satisfatório ou adequado às questões e necessidades de cada grupo e de cada momento histórico. Thomas Kuhn (1962) considera um paradigma “aquilo que os membros de uma comunidade científica partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (p.219).

Então aqui já temos uma questão relacionada às comunidades científicas que atravessam a leitura e a escrita na Educação Infantil. Não se pode afirmar que existe uma única comunidade científica do campo da Educação Infantil, nem muito menos no campo da leitura e da escrita. Entretanto, precisamos ressaltar que, no Brasil nas últimas décadas, alguns consensos foram produzidos no campo da Educação Infantil, que têm demarcado posições que poderiam ser consideradas paradigmáticas, já que passaram a constar em documentos oficiais (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil). Quais sejam: i) as crianças são entendidas como sujeitos históricos, produtores de cultura, ativos e criativos cujo desenvolvimento se dá de forma indivisível; ii) a educação Infantil (creche- 0 a 3 anos e pré-escola de 4 a 0 a 5 anos e 11 meses) visa o desenvolvimento integral das crianças, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade; iii) as propostas pedagógicas da educação infantil devem ter as crianças como centro do processo e como eixos do trabalho as interações e a brincadeira; iv) o currículo na Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças.

Tais posições implicam em entender a Educação Infantil como uma etapa educacional com características e finalidades próprias, ou seja, uma etapa importante para o desenvolvimento integral das crianças e de suas aprendizagens no seu aqui e agora, que rompe com uma visão disciplinar, de áreas do conhecimento ou de preparo para o Ensino Fundamental.

Entender também que se trata de uma proposta pedagógica relacional, dialógica, na qual a professora favorece a ação da criança, acolhe, faz perguntas que geram respostas e novas indagações. Portanto, uma proposta aberta à escuta das crianças, às imprevisibilidades e desvios, isto é, uma proposta criativa que refuta a visão transmissiva de educação e de um currículo como algo estabelecido a priori das interações com as crianças. Podemos considerar estas posições do campo da Educação Infantil como grandes desafios, pois cada uma delas interpela concepções e práticas que foram consolidadas e se encontram muito presentes no senso comum. **Portanto, a maior tensão que eu tenho percebido está justamente na falta de entendimento sobre estas posições. Visões compartimentalizadas, lineares, transmissivas, preparatórias sobre o trabalho na Educação Infantil que não correspondem aos consensos da área e não respondem mais aos estudos e demandas atuais.**

Vou dar um exemplo de mudança paradigmática que está em curso e que faz parte desta tensão. O construtivismo piagetiano, adotado por Emília Ferreiro (1985), teve uma importância extraordinária na educação. Ferreiro mudou a pergunta, que residia sobre qual seria o melhor método de alfabetização, para pensar como as crianças aprendem a ler e a escrever. Estes estudos incidiram fortemente na Educação Infantil, uma vez que mostraram que as crianças bem pequenas já pensavam a linguagem escrita. Poderíamos considerar que esta virada colocou a relação entre as crianças e a linguagem escrita no centro da proposta pedagógica, principalmente, da pré-escola. **Entretanto, embora a pergunta tivesse sido alterada e a atenção se voltado para as crianças e suas hipóteses sobre a língua escrita, o estudo abordou as hipóteses numa sequência linear, previsível e universal. Uma visão que foi se tornando engessada e que tem sido tensionada na atualidade quando se busca justamente abrir outras possibilidades de se pensar os sujeitos, suas culturas, seus territórios, suas relações etc. Vale destacar que foi a transposição da pesquisa de Ferreiro para o campo da didática que agudizou o engessamento e favoreceu a busca de procedimentos que, paradoxalmente, resultaram em metodologias também lineares que padronizam as ações de professores/as e crianças.**

Como Kuhn(1962) explica, o esgotamento do modelo explicativo oferecido pela própria teoria leva à busca de alternativas, o que somado às mudanças socioculturais fazem com que as teorias deixem de ser satisfatórias. Trago este exemplo justamente para mostrar a provisoriedade dos estudos e as tensões que as crises de paradigmas geram. **Mas sou da opinião de que é a articulação entre teoria e empiria que sustenta nossos argumentos, por isso considero fundamental estudar e conhecer os pressupostos construtivistas que deram novas lentes para se ver as produções escritas das crianças, para confrontá-los com outros estudos, questioná-los e entender seus limites e possibilidades.**

Profa. Dra. Adelma Barros-Mendes: Pois bem, você nos falou dos consensos e tensões, na mesma direção eu lhe perguntaria, professora Patrícia, quais são as maiores disputas, hoje, no campo da EI quando se fala de leitura e escrita, em seu ponto de vista?

Profa. Dra. Patrícia Corsino: Penso que as disputas são de muitas ordens e até mesmo pessoais. Mas vou me ater a que considero um dos pilares de sustentação que é a concepção de língua. Um debate travado por Bakhtin (1993) há quase cem anos, que penso não ter sido ainda totalmente superado quando se trata do ensino da língua. O autor discute duas orientações do pensamento filosófico-linguístico: o subjetivismo idealista e objetivismo abstrato. De forma bem geral, a primeira orientação considera a língua um processo criativo que se materializa sobre atos individuais da fala, cujas leis da criação linguística são as leis da psicologia individual. Já a segunda orientação postula o oposto. Considera a língua um sistema estável de formas linguísticas, cujas leis são leis linguísticas específicas, objetivas em relação à consciência subjetiva, os atos individuais da fala são variações fortuitas ou deformações da norma. Bakhtin refuta as duas correntes e faz o que ele denominou síntese dialética na qual considera o ato de fala, a enunciação, como sendo de natureza social e a língua como um fenômeno histórico, que dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo que ocorre na comunicação verbal concreta e não no sistema linguístico abstrato ou no psiquismo individual dos falantes.

Para Bakhtin (1993) toda enunciação é situada, emana de alguém e se dirige a outro alguém e é a interação verbal que constitui a realidade fundamental da língua. Trazendo estas três posições para as disputas que ocorrem na relação da Educação Infantil com a língua escrita, observamos que há grupos de pesquisadores **e professores que consideram que a Educação Infantil não tem nada a ver com a alfabetização e que o contato das crianças com a língua escrita é de natureza individual**, não cabendo à **Educação Infantil nenhuma ação específica. Na oposição há pesquisadores e professores que consideram que na Educação Infantil é preciso desenvolver atividades direcionadas à apropriação do “sistema de escrita alfabética”, tais como, exercícios e jogos pensados previamente para isso.**

Uma terceira via, por considerar a teoria enunciativa de Bakhtin e a alfabetização na perspectiva discursiva, tem buscado um entendimento de que são as práticas de leitura e escrita, situadas e significativas para o grupo, que podem gerar reflexões sobre a língua. Reflexões contextualizadas, que surgem e se desenvolvem no diálogo no qual a professora, como uma pessoa com conhecimentos sobre a língua, pode provocar, sustentar e ampliar as reflexões a partir do que foi vivido pelas crianças. Como o sistema linguístico é complexo, abarcando as formas fonéticas, gramaticais, lexicais, sintáticas, semânticas da língua e o emprego da língua se efetua em forma de enunciados que refletem condições e finalidades específicas, as reflexões com as crianças envolvem as várias dimensões da língua e do próprio gênero discursivo em questão, com seu conteúdo temático, sua estrutura composicional e seu estilo.

Em síntese, não se pode desconsiderar nas disputas as escolhas filosófico-linguísticas, pois ainda que as tendências tenham sido revisitadas e ampliadas ao longo do século, a base filosófica parece permanecer nas práticas com a leitura e a escrita na Educação Infantil.

Profa. Dra. Adelma Barros-Mendes: Professora Patrícia, que bela aula você nos dá, trazendo Bakhtin para o cenário dessa reflexão tão necessária e rica. Mas sigamos! A questão que lhe faço agora, na verdade são três em uma (Risos) vieram de professoras em momento de formação continuada (Parfor, por exemplo), em roda de conversa da nossa pesquisa no Coletivo AlfaRede². São perguntas e, digamos ‘angústias’ das professoras porque como dizem: “não sabemos a quem seguir, é tanta coisa que lemos, que ouvimos e que vivenciamos na prática do dia-a-dia ser feitas, que nos deixam com muitas dúvidas”. Veja:

- a) quando se recomenda para trabalhar a leitura e escrita na Educação Infantil significa que devo alfabetizar?*
- b) devo preparar as crianças da Educação Infantil para o 1^a ano do ensino fundamental?*
- c) por que as escolas particulares alfabetizam com 4 anos/ 5 anos ou até menos e nós da escola pública, às vezes, dependendo da escola, somos impedidos?*
- d) então, como posso/devo trabalhar a leitura e escrita na EI?*

Profa. Dra. Patrícia Corsino: Antes de responder cada pergunta, gostaria de dizer que o conceito de alfabetização tem sido reduzido à apropriação do sistema de escrita alfabética, quase que em oposição ao conceito de letramento; pois, embora sejam considerados como faces de uma mesma moeda eles têm sido tratados, pedagogicamente, em separado. Sei que não é simples a questão e nem pretendo desenvolvê-la nesta entrevista. Mas, considerando que estou me referindo à Educação Infantil e que já elenquei anteriormente suas especificidades, vou responder as perguntas no conjunto.

Ler e escrever são práticas sociais que circulam de forma muito diversas entre os grupos sociais. Diversas em relação aos próprios textos que os grupos têm acesso, suas finalidades e aos significados atribuídos a eles. Como parte de uma sociedade grafocêntrica, a língua escrita nos atravessa de alguma forma, ainda que de maneira restrita para alguns grupos. Como já aponte anteriormente, as crianças estão no mundo, são curiosas e atentas ao que está ao seu redor, suas ações são significações. Costumo dizer que, se são capazes de ver as formigas, são também capazes de ver os escritos. Então o “trabalho” com a língua escrita começa muito cedo.

Entendo ainda que a pergunta diz respeito à escola. Neste caso, desde a creche tem muitos textos que circulam que nem sempre incluímos as crianças pequenas na leitura e na escrita deles, porque são direcionados mais aos responsáveis. Mas, gostaria de chamar a atenção para a literatura oral, de fundamental importância na relação entre adultos e crianças e delas com a cultura. São as formas poéticas da língua que se manifestam nas cantigas de ninar, nos jogos de linguagem- como brincos, parlendas- nas cantigas de roda e outras canções. Elas iniciam as crianças na literatura, no texto poético, na língua que brinca com a sonoridade e com os significados das palavras. Também é importante ler para as crianças desde a creche, escolher livros que as apresentem um mundo além do seu. O trabalho tem início com a oralidade, quando a professora da creche interpreta os gestos das crianças e os nomeia. Esta nomeação é organizadora e também afetiva, pois significa atenção conjunta.

² Coletivo composto por 29 Universidades e coordenado pela Profa. Dra. Maria do Socorro Nunes Alencar Macedo –UFSJ/MEC/DECADI, que discute a alfabetização de crianças durante e após ensino remoto emergencial por causa das restrições sanitárias da Covid 19.

Nunca é demais lembrar que é fundamental, nos primeiros anos de vida, as crianças se expressarem com diferentes linguagens, e este deveria ser um ponto importante do trabalho. Quando as crianças começam a falar, precisam ainda saber argumentar, defender um ponto de vista, negociar com o outro, perguntar, relatar, narrar etc. A escrita precisa fazer parte dos contextos enunciativos, exercendo uma função naquele grupo. O quadro dos aniversariantes do mês, por exemplo, só faz sentido se for consultado, caso contrário, ocupa um espaço precioso de outros registros que façam mais sentido. Muitas são as oportunidades de trazer a escrita para a sala de atividades: álbum de fotografias de um passeio com legenda, livro ilustrados com as histórias das crianças, quadro com as fichas das crianças presentes etc. Tudo isso é “trabalho” que vai possibilitar que as crianças participem de situações que as colocarão no lugar de saber o que se escreve, para quê e para quem se escreve e nas diferentes dimensões do como se escreve.

Devolvo a pergunta: o que é alfabetização? Se alfabetização for compreendida como exercícios preparatórios e mecânicos para a apropriação da relação fonema-grafema, penso que é reducionista e inadequada esta forma de pensar a alfabetização, principalmente, num país que tem Paulo Freire como patrono da Educação. A Educação Infantil é momento em que as crianças precisam desenvolver as suas expressões com todas as linguagens, participar ativamente de diferentes práticas de leitura e escrita, interagir e brincar.

As escolas particulares que estão alfabetizando as crianças de 4 e 5 anos estão descumprindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil. Além de ilegais, estão evidenciando um total desconhecimento sobre a Educação Infantil, expondo a falta de formação adequada dos/as professores/as e gestores/as. E, principalmente, deixando de fazer o que é mais importante para as crianças nesta faixa etária.

Penso que nenhuma professora é impedida de ler todos os dias uma história ou um poema para as crianças e conversar com elas sobre a leitura, depois dramatizar ou desenhar o que mais chamou a atenção. Também não acredito que impeçam a professora de ser escriba de um texto narrado pelas crianças ou de registrar por escrito uma informação que elas obtiveram a partir de um projeto desenvolvido pela turma. Também não é possível que impeçam a professora de brincar de loja com as crianças, vendendo produtos, fazendo lista de compras, anotando os preços ou de restaurante, pensando no cardápio do que tem para comer. Será que impediriam a professora a ter fichas dos nomes das crianças para elas consultarem ao escrever o nome no seu desenho?

Profa. Dra. Adelma Barros-Mendes: Com essa resposta tão esclarecedora, as professoras que “dirigiram” as perguntas se enxergarão e terão muito a refletir sobre o ‘fazer professoral’ à luz de suas reflexões. Mas vamos a uma outra perguntinha (risos): Professora Patrícia, você tem um trabalho vasto sobre a leitura, com foco no campo literário para a Educação Infantil. Ao olhar para as obras recém disponibilizadas pelo Ministério da Educação, como desdobramento da Política Nacional de Alfabetização para o Brasil, dos últimos anos, o que você diria desse material? Que concepção de leitura estaria por trás dessa proposta e qual sua posição sobre a mesma?

Profa. Dra. Patrícia Corsino: O Programa Nacional de Biblioteca na Escola-PNBE e o Programa Nacional do Livro Didático-PNLD, até 2016, publicavam editais pensados com rigor acadêmico, ou seja, com perspectiva baseada em estudos e pesquisa. Além dos editais seguiam um rigoroso processo de seleção coordenado por universidades públicas federais. Em 2017, houve uma unificação

dos dois programas e o PNLD passou a se chamar Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Os Editais passaram a ser denominados PNLD-Literatura ou apenas PNLD e todo processo, que se inicia no edital, passou a ser coordenado pelo MEC e assessores contratados. Com isso, houve uma mudança grande na perspectiva do PNLD, com consequências na qualidade das obras selecionadas e que chegaram às escolas.

Em relação ao PNLD-2022, que foi direcionado à Educação Infantil, a mudança foi drástica e desastrosa. Neste Edital constam de três objetos: Objeto 1: Obras didáticas destinadas aos estudantes, professores e gestores da Educação Infantil; Objeto 2: Obras literárias destinadas aos estudantes e professores da Educação Infantil; Objeto 3: Guia para preparação para alfabetização. Cada um deles mereceria uma discussão mais aprofundada. Mas vou me ater apenas às contradições de cada um. Quanto ao Objeto 1, o edital abre uma porta que estava fechada: compra e distribuição de livros didáticos para as crianças de pré-escola. O fato de o mercado editorial produzir estas obras não significa que sejam adequadas ao trabalho artesanal e autoral que deveria ser desenvolvido na pré-escola.

Fica muito claro o interesse do mercado de entrar nas compras volumosas do governo federal. Adotar livros didáticos para crianças de 4 e 5 anos contradiz às orientações e documentos produzidos pelo governo federal sobre a primeira etapa da Educação Básica. Também consta neste objeto manuais para os/as professores/as, o que é um aligeiramento do pedagógico e da própria formação de professores. Quanto ao Objeto 2 que se refere às obras literárias, o edital evidencia um total desconhecimento da função da literatura na formação humana, o que é lastimável e inadmissível, tendo o Brasil inúmeros pesquisadores no campo da literatura e autores e ilustradores de relevância e reconhecimento internacional.

Digo isso porque partimos do princípio de que a obra literária é aberta, isto é, não se fecha ao ensino e a objetivos estreitos à serviço da alfabetização, do ensino da língua escrita, de conteúdos, de preceitos morais ou de outras tutelas, como o edital tentar impor. Ainda não tive acesso às obras selecionadas, mas pelo edital corremos o risco de serem distribuídas obras de pouca qualidade artística, de viés moralizante ou instrucional, já que havia a chamada para inscrição da obra por tema. Isso traduz em um enorme retrocesso e o custo pode ser distribuir às crianças brasileiras obras de baixa qualidade e aquecer o mercado com produções medíocres.

Já o Objeto 3, como parte da Política Nacional de Alfabetização-PNA, trata as questões de alfabetização tendo como referência um único ponto de vista “científico”- a instrução fônica- e desconsidera o que tem sido produzido nos campos da Alfabetização e da Educação Infantil e que se encontra legitimado nas DCNEI-2009 e na BNCC-2018. Ao não contemplar explicitamente a pluralidade de concepções, gera favorecimento a grupos específicos de autores e editores, o que se constitui como antidemocrático e inconstitucional (Art nº206, da CF), fato gravíssimo para qualquer edital público e que, em relação ao PNLD, envolve uma soma considerável de recursos públicos.

Profa. Dra. Adelma Barros-Mendes: De fato é lamentável, professora, pois bem, conforme você aponta, ainda no tocante ao tema leitura e escrita para Educação Infantil, vimos que na última edição do Programa Nacional do Livro didático foram previstos Livros didáticos para esse público da EI, como você avalia essa proposta, de colocar pela primeira vez livros didáticos para esse público? O que dizer à professora que, por vezes, julga interessante ter um livro/manual que “ameniza seu trabalho já que estará com ‘tudo’ pronto”?

Profa. Dra. Patrícia Corsino: Toda discussão teórico-prática relacionada à educação Infantil no Brasil e também em outros países, se refere a uma etapa educacional que tem sido entendida como muito importante para o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos, em todas as dimensões da vida: física, emocional, social, relacional, cultural etc. Diferentes estudos, que estão referendados no documento Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2006), evidenciam que o que faz a diferença na vida da criança que frequenta a Educação Infantil é a qualidade das relações que ali se estabelecem. Portanto, é a qualidade educativa, do quê e como se disponibiliza às crianças, que está em questão. Uma pedagogia relacional e não transmissiva, que caminhe junto dos interesses e curiosidades das crianças e os amplie, não se faz com livro didático. O currículo como “um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças” (BRASIL, 2009) não cabe no livro didático e nem o livro didático nele.

Profa. Dra. Adelma Barros-Mendes: Muito pertinente suas colocações, sigamos, não é? Com a mudança do governo federal, agora em 2023, há um movimento que busca a alteração da Política Nacional de alfabetização/PNA atual, quais são suas esperanças e expectativas quanto ao que estar por vir nessa nova política a ser construída?

São muitas as esperanças porque a PNA é o retrato do governo anterior: um retrocesso conceitual e epistemológico, uma negação e uma desautorização da produção dos pesquisadores do campo da Alfabetização no Brasil, um equívoco conceitual do que é a alfabetização, a leitura e a escrita. Espero que seja revogada, juntamente com os programas que esta política instituiu como o Conta Pra-Mim, Tempo de Aprender, entre outros, cuja qualidade bem condiz com os equívocos da PNA.

Penso que vamos retomar o respeito aos pesquisadores e às associações científicas como a ANPEd e a ABALF. E isso começou a acontecer desde o período de transição do governo atual e esperamos que continue porque são muitos os grupos que têm pesquisa sobre alfabetização no Brasil e eles não só contribuíram como ainda têm muito a contribuir com as políticas e as práticas.

Também espero que tenhamos uma política de formação de professores consistente e coordenada pelas universidades como foram programas como o Proinfantil, Proletramento e Pnaic, que tiveram uma capilaridade enorme Brasil afora.

Profa. Dra. Adelma Barros-Mendes: Confesso, professora Patrícia que comungamos da mesma esperança. Mas, bem, Professora Patrícia, chegando perto de nossa última pergunta, considerando suas pesquisas, o que você poderia nos mostrar como exemplo de práticas exitosas com o trabalho de leitura e escrita na Educação Infantil?

Profa. Dra. Patrícia Corsino: Nosso Grupo de Estudos e Pesquisa em Infância, Linguagem e Educação- GEPILE tem observado muitas as práticas exitosas, criativas, que envolvem professoras, crianças, familiares, comunidade. As pesquisas mostram o quanto o Projeto Político Pedagógico de uma escola, que tem a literatura como eixo da proposta repercute nas crianças e nos adultos. Nos chamou a atenção uma escola localizada num bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro que atende crianças da pré-escola ao quinto ano. Uma escola onde a sala de leitura é ativa, considerada o “coração da escola”, que pulsa ao desenvolver projetos juntos às turmas, junto aos professores -indicando livros, pensando em projetos- e também junto às famílias com empréstimos de livros semanais

e feira literária na escola e também numa praça perto da escola. São inúmeros os projetos por eles desenvolvidos, entre eles, o “historiamando”, que consiste num grupo de crianças do quinto ano ir às turmas dos menores ler e contar histórias. Este projeto envolve a escola toda e, em particular, as crianças da Educação Infantil que brincam de serem os contadores de histórias e desejam ser um “historiamando”. O resultado deste trabalho coletivo de incentivo à leitura literária tem sido a formação de leitores e a avaliação positiva das crianças e do IDEB da escola.

Profa. Dra. Adelma Barros-Mendes: A partir de sua larga experiência como pesquisadora no campo da leitura para Educação Infantil, o que significa inserir a criança no mundo da leitura e escrita sem antecipar o ensino fundamental?

Profa. Dra. Patrícia Corsino: Penso que esta pergunta eu já fui respondendo ao longo da entrevista. Temos muito a fazer na Educação infantil em relação à ampliação da inserção das crianças no mundo da leitura e da escrita. Entretanto, nem sempre o caminho seguido tem sido o que envolve as crianças, o que aciona o imaginário, o que encanta, brinca, faz pensar, amplia, abre portas e janelas para o mundo real e imaginário.

Profa. Dra. Adelma Barros-Mendes: Em uma visita feita por mim no interior de meu estado, presenciei uma escola em um Assentamento Agrário, onde havia uma sala com quadro de giz (bem pequena) e banheiro e cozinha improvisados. Lá estudavam crianças da Educação Infantil ao 5º ano. Em se tratando de leitura e escrita, qual caminho seguir por uma professora, cuja escola se apresenta com todas as fragilidades estruturais que se possa imaginar?

Profa. Dra. Patrícia Corsino: Em primeiro lugar precisamos defender políticas públicas que melhorem as condições de trabalho das professoras. Há limites para o trabalho nas classes multisseriadas. Fico sem saber o que responder frente ao cenário que você nos colocou. Mas arrisco dizer que o trabalho com a literatura oral e com a leitura literária poderia ser uma forma de congregar as diferentes idades e realizar propostas cooperativas em pequenos grupos. A arte sempre nos salva e nos liberta e pensar caminhos com as diferentes linguagens e com a literatura pode ser muito produtivo apesar das fragilidades.

Profa. Dra. Adelma Barros-Mendes: Professora Patrícia, agradeço muitíssimo sua disponibilidade de conceder-me esse momento ímpar em minha vida. E lhe digo que foi mais que honra entrevistá-la, foi um aprendizado! Suas reflexões nos revelam e desvelam possibilidades ricas de trabalhar com a leitura e escrita na Educação Infantil e ao mesmo tempo melhor compreender os desafios frente às tensões e disputas que se apresentam nesse campo. Muito obrigada, mais uma vez, e parabéns por essa linda trajetória como professora e pesquisadora que tanto tem contribuído para nosso país!

Recebido em: 15/03/2023

Aceito em: 11/05/2023